

Relatório de Autoavaliação Institucional 2019

Ano de Referência - 2018

1º RELATÓRIO PARCIAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ – Campus Cedro

SUBCOMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2019

ANO DE REFERÊNCIA – 2018

1º RELATÓRIO PARCIAL

Cedro/CE

2019

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação
Ricardo Vélez Rodriguez

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Alexandro Ferreira de Souza

Reitor
Virgílio Augusto Sales Araripe

Pró-Reitor de Ensino
Reuber Saraiva de Santiago

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação
José Wally Medonça Menezes

Pró-Reitor de Extensão
Zandra Dumaresq

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
Ivam Holanda de Sousa

Pró-Reitor de Administração e Planejamento
Tássio Francisco Loft Matos

Comissão Própria de Avaliação
Francisco Glauco Gomes Bastos
Fabiano Rocha
Felipe Antônio Dantas Monteiro
Francisco José Calixto de Sousa
Viviane Paiva de Lima
Camile Leal de Medeiros
Fábio Reis de Vasconcelos
Jordana Érica Mesquita da Silva Gomes
João Reginaldo da Silva
Bárbara Neres Carvalho
Francisco Geovane L. Duarte
Maria Luciana da Silva Mesquita
Antônio Castro de Souza
Saulo Henrique dos Santos Esteves
Thereza Neumann Santos de Freitas
José Sampaio de Souza Filho

Sistematização do Relatório
Francisco Glauco Gomes Bastos
Fabiano Rocha
Jacques Henrique Bessa Araújo

Subcomissão Campus Cedro
Luiz Neldecílio Alves Vitor
José Rômulo Porfírio de Lima
Francisco Gabriel de Souza Lima
José Ferreira Lima

Revisão Gramatical
Francisco Glauco Gomes Bastos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Instituto Federal do Ceará - IFCE

I59r Instituto Federal do Ceará. Comissão Própria de Avaliação.

Relatório de autoavaliação institucional : ano de referência 2018 : primeiro relatório parcial / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Comissão Própria de Avaliação. – Cedro, 2019.

26 p.

1. IFCE, campus Cedro – Avaliação Institucional – Relatórios - 2018. 2. Planejamento educacional. I. Avaliação (Educação). II. Título.

CDD (20. ed.) 371

Carlos Robson Souza da Silva

Bibliotecário-Documentalista (CRB3/1438)

Sumário

Apresentação.....	6
1 Introdução.....	6
1.1 A Avaliação Institucional.....	6
1.2 Breve Histórico do IFCE.....	7
1.3 Caracterização do IFCE.....	8
1.4 Organização Multicampi.....	8
1.5 Finalidades e Objetivos do IFCE.....	9
1.6 Identificação da Unidade.....	10
1.7 Cursos de Graduação Ofertados no IFCE.....	Erro! Indicador não definido.
1.7.1 <i>Cursos de Licenciatura</i>	Erro! Indicador não definido.
1.7.2 <i>Cursos de Bacharelado</i>	Erro! Indicador não definido.
1.7.3 <i>Cursos de Tecnologia</i>	Erro! Indicador não definido.
1.8 Cursos Técnicos Ofertados no IFCE.....	Erro! Indicador não definido.
1.8.1 <i>Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio</i>	Erro! Indicador não definido.
1.8.2 <i>Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio</i> .	Erro! Indicador não definido.
1.8.3 <i>Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio</i> ...	Erro! Indicador não definido.
1.9 Dados dos <i>Campi</i>	Erro! Indicador não definido.
1.10 Dados da CPA.....	12
2 Metodologia.....	12
2.1.1 <i>Etapa de Elaboração</i>	12
2.1.2 <i>Etapa de Execução</i>	13
2.1.3 <i>Etapa de Análise</i>	13
2.2 Respondentes das Pesquisas Aplicadas.....	16
3 Coleta e Análise de Dados Pertinentes a Cada Eixo.....	17
3.1 Eixo 2: Desenvolvimento Institucional.....	17
3.1.1 <i>Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional</i>	17
3.1.2 <i>Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição</i>	17
3.2 Eixo 3: Políticas Acadêmicas.....	18
3.2.1 <i>Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão</i>	18
3.2.2 <i>Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade</i>	20
3.2.3 <i>Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes</i>	25
3.3 Eixo 4: Políticas de Gestão.....	22
3.4 Eixo 5: Infraestrutura Física.....	22
4 Ações com Base na Análise Preliminar.....	25
5 Considerações Finais.....	30
Referências.....	27

“Avaliação implica um fundamentado conhecimento daquilo sobre o que interrogamos e atribuição de significado aos fatos, dados e informações que colhemos. Para além dos fatos, e a partir deles, a produção dos juízos de valor. Avaliar é uma ação que não admite neutralidade. Ultrapassa as descrições objetivas e as análises de coerência interna da realidade tomada como objeto. É um processo de forte conteúdo ético, pois indaga sobre valores e significados sociais. Atribuir significações e emitir juízos de valor, ou seja, avaliar, é reconhecer o mundo da produção humana e as diferenças, é responder às perguntas que fazemos a respeito de seus valores ou de suas qualidades.”

(DIAS SOBRINHO, 1996)

APRESENTAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação Local (CPA) do Instituto Federal do Ceará (IFCE), Campus Cedro, traz a público o relatório parcial de auto avaliação institucional referente ao ano letivo de 2018, que compreende os períodos letivos 2018.1 e 2018.2.

Sob a perspectiva do aperfeiçoamento institucional contínuo, o processo de avaliação, desenvolvido no âmbito do IFCE, constitui instrumento fundamental e estratégico para os ciclos de gestão e de planejamento da instituição, os quais impactam, diretamente, nas ações cotidianas do fazer acadêmico e administrativo que, por sua vez, fortalecem a missão institucional, sobretudo, no que respeita à qualidade dos serviços educacionais prestados à sociedade.

Amparada, portanto, nos pressupostos institucionais, a CPA disponibiliza, novamente, para a comunidade interna e externa, o relato das dimensões institucionais como resultado das informações prestadas pelos respondentes e coletadas por meio do instrumento de avaliação (questionário).

O presente relatório está organizado em quatro capítulos, a saber: no capítulo 1, apresenta-se, de forma breve, o IFCE e seu processo de avaliação institucional, incluindo a organização da Comissão Própria de Avaliação (CPA); no capítulo 2, aborda-se a metodologia utilizada na autoavaliação institucional, destacando-se o delineamento do estudo, a definição da população, a amostra de pesquisa, os instrumentos e técnicas de coleta de dados e as limitações do estudo realizado; no capítulo 3, apresentam-se os resultados por segmento (corpo discente, docente e técnicos administrativos) e, por fim, no capítulo 4, é realizada uma análise dos dados, o que possibilita um diagnóstico da situação atual do IFCE.

O relatório se encerra com uma síntese das considerações finais apresentadas pelos respondentes.

1 INTRODUÇÃO

1.1 A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) cujo objetivo é “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes”. De acordo com essa Lei, para a avaliação das instituições devem ser utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a autoavaliação e a avaliação externa *in loco*. Nessa perspectiva, tais procedimentos de avaliação são coordenados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), no âmbito do IFCE.

Em 2014, é emitida a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014 que apresenta uma sugestão de roteiro a ser seguido pelas instituições de ensino superior na elaboração de seus relatórios de autoavaliação institucional, bem como determina a periodicidade da submissão dos relatórios por meio do sistema e-MEC. Destaca-se que, a partir do ano de referência 2015, passou-se a exigir que o mesmo relatório fosse inserido no e-MEC ao longo de três anos.

Conforme a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014, no que diz respeito à periodicidade, o primeiro ciclo de Relatórios se daria a partir do ano de referência 2015, devendo, pois, serem inseridos no sistema e-MEC, da seguinte forma:

- até 31 de março de 2016 - 1º Relatório Parcial
- até 31 de março de 2017 - 2º Relatório Parcial
- até 31 de março de 2018 - Relatório Integral

Nesse sentido, de acordo com o que estabelece a NT supracitada, para o ano de referência 2018 do IFCE, o relatório deverá ser entregue da seguinte forma:

- até 31 de março de 2019 - 1º Relatório Parcial
- até 31 de março de 2020 - 2º Relatório Parcial
- até 31 de março de 2021 - Relatório Integral

Sendo assim, inicia-se, portanto, um novo ciclo, de forma que este relatório é uma versão parcial referente ao exercício de 2018 que apresenta o resultado das avaliações aplicadas aos segmentos docente, discente e técnicos administrativos, assim como as análises dos dados coletados.

Nos anos seguintes, 2020 e 2021, serão entregues, respectivamente, o segundo relatório parcial devendo abordar as ações de intervenção que visem a superar as fragilidades apontadas no presente relatório e, em seguida, o terceiro, o relatório integral, que contemplará as informações e ações desenvolvidas pela CPA Local no ano de referência. Além disso, apresentará uma discussão sobre o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão e, ainda, um plano de ações de melhoria para o IFCE.

1.2 BREVE HISTÓRICO DO IFCE

A história do IFCE inicia-se em 1909, como Escola de Aprendizes e Artífices, ofertando ensino profissional primário. Em 1937, passa a ser Liceu Industrial de Fortaleza e, em 1942, Escola Industrial de Fortaleza, ofertando educação profissional em nível equivalente ao ensino secundário. Em 1968, a Escola Industrial é transformada em Escola Técnica Federal do Ceará, tornando-se autarquia com autonomia didática e de gestão. Sob a perspectiva de ampliação da oferta de ensino superior, em 1999, a instituição passa a ser Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET- CE).

Com a finalidade de ampliar e democratizar o acesso ao ensino profissional no país, a partir do ano 2000, o Governo Federal, através do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, iniciou investimento significativo na construção de unidades federais de ensino profissional e na contratação de pessoal (corpo docente e técnicos administrativos). Nesse contexto, para ampliar a capacidade de diversificação na oferta de cursos e estruturar a instituição para essa nova realidade, em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei N° 11.892, o CEFET-CE muda de institucionalidade, assim como a maioria dos CEFETs e todas as escolas agrotécnicas do país, e passou a ser Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

1.3 CARACTERIZAÇÃO DO IFCE

O IFCE é uma instituição federal de educação profissional e tecnológica, pluricurricular e *multicampi*, com natureza jurídica de autarquia e detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, habilitada para ofertar cursos que abrangem o ensino básico, técnico, de graduação e pós-graduação, por meio da tríade ensino, pesquisa e extensão. Portanto, sua atuação vincula-se ao desenvolvimento local com a oferta de cursos de qualificação profissional, técnicos de nível médio, superiores de graduação (licenciatura, tecnologia e bacharelado) e de pós-graduação *lato e stricto sensu* (especialização, mestrado e doutorado) como, também, vincula-se ao desenvolvimento de inovação, pesquisa aplicada e extensão, além de desenvolvimento tecnológico, em uma mesma unidade de ensino.

Com base nessas considerações, a instituição tem como função social a promoção do ser humano, traduzida na democratização do acesso, assim como na permanente busca da qualidade da educação pública e no desenvolvimento científico-tecnológico como vetor de atendimento às demandas sociais.

1.4 ORGANIZAÇÃO MULTICAMPI

Para fortalecer o trabalho em prol de uma formação profissional mais adequada às necessidades regionais e ao desenvolvimento nacional, o IFCE hoje se faz representar em todas as macrorregiões do estado do Ceará, estendendo-se da capital aos principais municípios do interior e destes, aos seus distritos. Conta, para tanto, com um órgão de administração central, a Reitoria em Fortaleza, e trinta e três *campi* em funcionamento nas seguintes cidades: Acaraú, Acoiara, Aracati, Baturité, Boa Viagem, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Guaramiranga, Horizonte, Iguatu, Itapipoca, Juagaribe, Jaguaruana, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Morada Nova, Paracuru, Pecém, Polo de Inovação Fortaleza, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim.

A ampliação da presença do IFCE no interior do Ceará atende à meta do programa de expansão da Rede Federal e leva em consideração a própria natureza dos institutos federais, no que diz respeito à descentralização da oferta de qualificação profissional, cujos propósitos incluem o crescimento socioeconômico de cada região e a prevenção do êxodo de jovens estudantes para a capital.

Além dos *campi* mencionados, foram implantados 50 (cinquenta) unidades de Centro de Inclusão Digital (CID) e 2 (duas) de Núcleo de Informação Tecnológica (NIT), com a finalidade de assegurar à população do interior o acesso ao mundo virtual e, assim, completar as ações voltadas à profissionalização no Ceará. De acordo com a Plataforma Nilo Peçanha, no ano de 2018, havia 31.732 (trinta e uma mil setecentas e trinta e duas) matrículas distribuídas nos cursos ofertados por meio das modalidades presencial e a distância.

1.5 FINALIDADES E OBJETIVOS DO IFCE

As finalidades do IFCE, como das demais instituições que integram a Rede Federal de Educação Tecnológica, são definidos por meio do artigo 6º da Lei nº. 11.892/2008, transcrito a seguir.

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Ainda na Lei nº. 11.892/2008 são definidos os objetivos dos institutos federais:

- I. Ministrando educação profissional, técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais,

em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

- III. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. Desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- VI. Ministrando em nível de educação superior, abrangendo:
 - a. cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para diferentes setores da economia;
 - b. licenciaturas e programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c. bacharelados e engenharias, visando à formação de profissionais para diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d. cursos de pós-graduação *lato sensu*, de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas em diferentes áreas do conhecimento.

1.6 IDENTIFICAÇÃO E DADOS DA UNIDADE

Autarquia criada nos termos da Lei nº. 11.892, de 20 de dezembro de 2008.

Órgão de vinculação	Ministério da Educação		
Denominação completa	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará		
Denominação abreviada	Instituto Federal do Ceará (IFCE)		
Natureza jurídica	Autarquia Federal		
CNPJ	10.744098/0001-30		
Código da IES	1807		
Principal atividade	Educação Profissional de Nível Tecnológico		
Endereço	Alameda José Quintino, s/n – Prado Cedro, CE CEP: 63400-000	(88) 3564.1000	www.ifce.edu.br/cedro

1.7 BREVE HISTÓRICO DO CAMPUS - CEDRO

Em 1995, tendo por objetivo a interiorização do ensino técnico, foram inauguradas duas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED) localizadas nas cidades de Cedro e Juazeiro do

Norte, distantes, respectivamente, 385 km e 570 km da sede de Fortaleza, dando continuidade de seu crescimento institucional necessário para acompanhar o perfil atual e futuro do desenvolvimento do Ceará e da Região Nordeste.

O funcionamento da UNED-Cedro foi autorizado pela portaria ministerial nº 526, de 10/05/95, do Gabinete do Ministro da Educação e do Desporto (DOU 12/05/1995, seção 1, pág. 6819), iniciando suas atividades em 11/09/95, conforme estabelecido na portaria 512/GDG, do dia 08/09/1995 (Boletim de Serviço do 3º Trimestre de 1995, pág. 54), com a oferta do Pró-Técnico, curso preparatório para ingresso de seus cursos de Mecânica e Eletrotécnica. Em janeiro de 1996, foi realizado o 1º Exame de Seleção para os cursos integrados de nível técnico de Eletrotécnica e Mecânica.

Em 1994, foi realizado concurso público para preenchimento do seu quadro de pessoal, de acordo com o quadro demonstrativo das vagas da Lei nº 8.433, de 16/06/1992 (DOU 17/06/92), sendo complementada pela Lei nº 8.670/93, de 30/06/1993 (DOU 01/07/93), constava de 80 vagas para técnicos administrativos e de 47 para o corpo docente.

O concurso público foi homologado em 11/11/94, ficando à disposição da direção geral da ETFCE a convocação e contratação à medida que a escola fosse necessitando. Assim, para o início de suas atividades foram contratados somente cinco professores e uma servidora administrativa.

Em junho de 1998, foi realizado o primeiro processo de consulta para escolha do diretor com participação efetiva de alunos e servidores, tendo sido eleito o professor Fernando Eugênio Lopes de Melo, em substituição ao professor Francisco Wellington Alves de Souza, até então diretor da UNED-Cedro designado mediante a Portaria 699/GDG, de 02/12/1994, publicada no DOU de 13/12/1994.

Atendendo às disposições do Decreto 2.208, de 07/04/1997, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei de Diretrizes e Bases da educação de nº 9394/96, a escola reformulou o seu ensino médio em 1998, desvinculando-o do ensino profissionalizante, passando assim a atuar em duas vertentes: o ensino integrado, que estava em fase de extinção e o novo Ensino Médio (propedêutico).

Em janeiro de 2000, por determinação do Ministério da Educação, foi realizado o primeiro Exame de Seleção para o Ensino Médio e cursos técnicos profissionalizantes em Eletrotécnica com ênfase em Sistemas Elétricos Industriais e Mecânica Industrial.

Em 2000, no mês de janeiro, foi realizado o segundo processo de consulta para escolha do diretor da UNED-Cedro, sendo reeleito o professor Fernando Eugênio Lopes de Melo.

Em janeiro de 2004 foi efetivado o primeiro Vestibular para os cursos superiores de Tecnologia em Mecatrônica Industrial e Licenciatura em Matemática. Nesse mesmo ano aconteceu o terceiro processo de consulta para escolha do diretor da UNED-Cedro, sendo eleito o professor José Nunes Aquino, em substituição ao professor Fernando Eugênio Lopes de Melo. Em dezembro de 2008, o Prof. Aquino foi novamente escolhido pela comunidade escolar, mediante consulta, como Diretor Geral para o quadriênio 2009/2012.

No dia 29 de dezembro de 2008, foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei 11.892 com a intenção de reorganizar e ampliar a Rede Federal de Educação Profissional e

Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, desde educação de jovens e adultos até doutorado.

Dessa forma, o CEFETCE passou a ser Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) composto por treze (13) campi: Fortaleza, Cedro, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral, Limoeiro do Norte e Quixadá, assim como também as Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e Iguatu, mais 10 campi avançados, cobrindo grande parte do território cearense.

O IFCE - Campus Cedro está localizado na cidade de Cedro, região centro-sul do Ceará, com área geográfica de influência formada por 14 municípios equidistantes em torno de 30 a 100 km e clientela estudantil de 1.128 alunos matriculados nos cursos técnicos em Eletrotécnica e Mecânica Industrial, técnicos integrados em Eletrotécnica, Mecânica e Informática, técnico integrado em Eletrotécnica na modalidade de Educação de Jovens e

Adultos, Eletricista de Redes de Distribuição integrado ao Ensino Fundamental, além dos cursos superiores de Tecnologia em Mecatrônica Industrial, Licenciatura em Matemática e Bacharelado em Sistemas da informação.

1.8 DADOS DA CPA

A Comissão Própria de Avaliação Local (CPA) do IFCE – Campus – Cedro é o órgão responsável pela elaboração do Relatório de Avaliação e apresentação junto à Comunidade do Campus. Desenvolvendo um trabalho de sensibilização da comunidade acadêmica para participação do processo do questionário e na sequência, divulgação do relatório, em parceria com a comunicação social do Campus, atingindo grande maioria do público.

A composição do período 2019/2022 foi estabelecida pela Portaria N° 212/GR, de 18 de março de 2019.

2 METODOLOGIA

Sabe-se que os resultados da auto avaliação devem ser submetidos ao olhar de especialistas, na perspectiva de se proceder a uma avaliação externa das práticas desenvolvidas, uma vez que, por uma visão externa, podem-se corrigir eventuais erros de percepção produzidos por agentes internos e o documento, então, atua como um instrumento cognitivo, crítico e organizador das ações da instituição e do MEC.

Nesse sentido, a atual Comissão Própria de Avaliação Institucional, no que tange à metodologia aplicada ao processo avaliativo, manteve a proposta utilizada nas avaliações anteriores inclusive, quanto às etapas realizadas.

A metodologia adotada pela CPA alinha-se ao modelo proposto pelo Sinaes, dividindo o processo em três etapas, quais sejam, elaboração, execução e a análise, culminando na produção do relatório final.

2.1.1 Etapa de Elaboração

Na etapa de elaboração, desenvolveram-se atividades de concepção metodológica, incluindo a produção dos instrumentos e, ainda, atividades de sensibilização e divulgação do processo avaliativo, adotando-se diversas estratégias e instrumentos. Para a sensibilização e divulgação, usaram-se recursos de tecnologias da informação, como e-mail, portal institucional e mídias impressas como cartazes, folders e mídias sociais. Complementando as estratégias de divulgação, realizou-se o corpo a corpo com visitas aos setores, salas de aulas e contatos pessoais com professores, alunos e técnicos.

2.1.2 Etapa de Execução

Na fase de execução, foram disponibilizados os questionários on-line para que a comunidade respondesse em qualquer local e a qualquer momento, dentro do período de execução. O acesso ao questionário se deu da seguinte forma: para os docentes e alunos, por meio do sistema *on-line* Q-acadêmico do IFCE e para os técnicos administrativos, pelo portal do IFCE em seus e-mails institucionais. A todos os participantes foi assegurado o anonimato. Cabe esclarecer que todos os *campi* responderam ao questionário, permitindo aos gestores o acesso aos dados do relatório.

2.1.3 Etapa de Análise

Conforme mencionado anteriormente, durante a etapa de execução foram coletadas as respostas dos questionários respondidos por três segmentos de públicos internos ao IFCE, a saber: estudantes, servidores técnico-administrativos e servidores docentes.

Para cada segmento de público atendido, foram consolidados os níveis de satisfação associados a cada pergunta do questionário disponibilizado, para que por meio deles pudessem ser reveladas as áreas menos assistidas em relação às políticas institucionais.

Os níveis de satisfação foram definidos de acordo com as opções disponíveis para as respostas dos questionários. Na metodologia proposta, foi definido que: (I) o nível de satisfação era **alto** quando os respondentes selecionavam as opções “Sim”, “Sempre”, “Alto”, “Excelente” “Frequentemente” e “Ótimo”; (II) o nível de satisfação era **médio** quando os respondentes selecionavam a opção “Parcialmente”, “Moderada”, “Bom” e “Regular”; e (III) o nível de satisfação era **baixo** quando os respondentes selecionaram a opção “Não”, “Raramente”, “Nunca”, “Baixa”, “Nenhuma” e “Muito Fraco”. O quadro a seguir resume a classificação dos níveis de satisfação de acordo com a metodologia proposta.

Nível de Satisfação	Opções de Respostas
Baixo	Não, Raramente, Nunca, Baixa, Nenhuma e Muito Fraco
Médio	Parcialmente, Moderada, Bom e Regular
Alto	Sim, Sempre, Alto, Excelente, Frequentemente e Ótimo

A partir dos níveis de satisfação, realizou-se uma nova categorização dos resultados usando como referência o percentual de *nível de satisfação alto*, com o objetivo de se encontrar um conceito final e único para o aspecto avaliado. Em outras palavras, para cada pergunta identificou-se, por segmento de público, o percentual de respostas que apontavam para um nível de satisfação alto. Se esse percentual estivesse entre 0 e 49,99%, ter-se-ia como resultado da avaliação no segmento de público o conceito de *fragilidade*. Caso esse percentual estivesse entre 50 e 69,99%, dir-se-ia que o conceito seria de *avaliação mediana* e se o percentual fosse maior que 70%, o resultado final por segmento apontaria para uma *potencialidade*. O quadro a seguir resume a classificação dos resultados de avaliação por segmento de público.

Intervalo de Nível de Satisfação Alto	Resultado da Avaliação por Segmento de Público
0% - 49,99%	Fragilidade
50% - 69,99%	Avaliação mediana
70% - 100%	Potencialidade

Considerando-se os três segmentos de públicos do IFCE tratados neste trabalho, ao obter-se o resultado da avaliação por segmento, faz-se ainda necessário estabelecer um conceito único para os resultados de cada segmento. O quadro a seguir resume as possibilidades de agrupamento dos resultados de avaliação de cada segmento de público, quando somente dois segmentos estão envolvidos.

Segmento de Público 1	Segmento de Público 2	Classificação Final
<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
<i>Potencialidade</i>	<i>Fragilidade</i>	<i>Controvérsia</i>
<i>Potencialidade</i>	<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Tendência de Potencialidade</i>
<i>Fragilidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Controvérsia</i>
<i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>
<i>Fragilidade</i>	<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Tendência de Fragilidade</i>
<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Tendência de Potencialidade</i>
<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Fragilidade</i>	<i>Tendência de Fragilidade</i>
<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Avaliação Mediana</i>

Na metodologia proposta, uma *fragilidade* anula uma *potencialidade*. Quando somente dois segmentos de público estão envolvidos e um dos segmentos aponta para uma *fragilidade* e o outro para uma *potencialidade*, diz-se então haver uma *controvérsia*. Uma *avaliação mediana* combinada com uma *potencialidade* ou *fragilidade*, transforma o conceito em *tendência de potencialidade* ou *tendência de fragilidade*, respectivamente.

No caso de três segmentos envolvidos, como uma *fragilidade* anula uma *potencialidade*, então prevalecerá o resultado da avaliação do terceiro segmento de público considerado. O quadro a seguir resume as possibilidades de agrupamento dos resultados de avaliação de cada segmento de público, quando três segmentos estão envolvidos.

Segmento de Público 1	Segmento de Público 2	Segmento de Público 3	Classificação Final
<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
		<i>Fragilidade</i>	
		<i>Avaliação Mediana</i>	
<i>Potencialidade</i>	<i>Fragilidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
		<i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>
		<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Controvérsia</i>
<i>Potencialidade</i>	<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
		<i>Fragilidade</i>	<i>Controvérsia</i>
		<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Avaliação Mediana</i>
<i>Fragilidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
		<i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>
		<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Controvérsia</i>
<i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Fragilidade</i>
		<i>Fragilidade</i>	
		<i>Avaliação Mediana</i>	
<i>Fragilidade</i>	<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Controvérsia</i>
		<i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>
		<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Avaliação Mediana</i>
<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Potencialidade</i>
		<i>Fragilidade</i>	<i>Controvérsia</i>
		<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Avaliação Mediana</i>
<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Fragilidade</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Controvérsia</i>
		<i>Fragilidade</i>	<i>Fragilidade</i>
		<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Avaliação Mediana</i>
<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Avaliação Mediana</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Avaliação Mediana</i>
		<i>Fragilidade</i>	
		<i>Avaliação Mediana</i>	

Em resumo, para o relatório de avaliação o que interessa predominantemente são as *potencialidades* e *fragilidades*. Nos demais casos, recomenda-se uma análise mais detalhada para se identificar o que aconteceu e ter mais convicção do estado daquele aspecto. Para o público, em geral, o mais importante são os conceitos *fragilidade* e *potencialidade* e, para a gestão, todos são importantes, sendo necessário entendê-los e aplicar o tratamento ou ação adequados.

A metodologia compreende, ainda, a atividade de devolutiva dos resultados encontrados, que consiste em apresentação, por meio de seminários, destinada aos três

segmentos acadêmicos. A expectativa é de que os seminários se constituam em mais um espaço democrático como oportunidade para prestação de contas dos gestores e estabelecimento de novos compromissos com a comunidade.

2.2 RESPONDENTES DAS PESQUISAS APLICADAS

Participaram desta pesquisa 1840 servidores docentes, 407 técnicos-administrativos e 22.818 estudantes matriculados em cursos técnicos e de graduação.

Ord.	Campus	Participação (%)		
		Alunos	Professores	Técnicos
1.	Acaraú	52%	100%	0%
2.	Acopiara	0%	100%	100%
3.	Aracati	62%	100%	42%
4.	Baturité	61%	92%	0%
5.	Boa Viagem	17%	100%	37%
6.	Camocim	44%	100%	48%
7.	Canindé	59%	100%	0%
8.	Caucaia	55%	90%	4%
9.	Cedro	60%	97%	4%
10.	Crateús	55%	98%	0%
11.	Crato	94%	90%	7%
12.	Fortaleza	58%	100%	20%
13.	Guaramiranga	44%	86%	0%
14.	Horizonte	0%	69%	6%
15.	Iguatu	56%	100%	22%
16.	Itapipoca	53%	100%	54%
17.	Jaguaribe	76%	100%	11%
18.	Jaguaruana	36%	94%	40%
19.	Juazeiro do Norte	67%	95%	6%
20.	Limoeiro do Norte	59%	90%	43%
21.	Maracanaú	68%	100%	0%
22.	Maranguape	2%	92%	0%
23.	Morada nova	49%	100%	46%
24.	Paracuru	27%	100%	21%
25.	Pecém	42%	89%	0%
26.	Quixadá	68%	100%	0%
27.	Reitoria	0%	0%	25%
28.	Sobral	57%	90%	24%
29.	Tabuleiro do Norte	49%	97%	19%
30.	Tauá	32%	100%	0%
31.	Tianguá	61%	100%	0%
32.	Ubajara	61%	100%	63%
33.	Umirim	43%	86%	40%
	Total	56%	93%	21%

3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS PERTINENTES A CADA EIXO

Nesse campo, são apresentados os dados coletados e informações pertinentes a cada eixo, considerando as diferentes dimensões institucionais, dispostas no art. 3º da Lei N° 10.861, que instituiu o Sinaes.

É válido destacar que o instrumento avaliativo, até então utilizado, não contempla as dimensões 6 (Organização e Gestão da Instituição), 8 (Planejamento e Avaliação) e 10 (Sustentabilidade Financeira). Nas considerações finais, fica estabelecido que a próxima equipe de gestão da CPA, durante a revisão dos questionários, deverá contemplar essas dimensões.

3.1 EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

3.1.1 Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Questão	Professor	Aluno	Técnico	Classificação Final
Você teve a oportunidade de participar da elaboração/revisão do PDI/PAA do seu campus?	<i>Avaliação Mediana</i> 54,5%	<i>Fragilidade</i> 15,1%	<i>Avaliação Mediana</i> 50%	<i>Avaliação Mediana</i>
Você considera que o IFCE mantém coerência entre suas finalidades, objetivos e o contexto social em que está inserido?	<i>Potencialidade</i> 89,4%	<i>Potencialidade</i> 87,7%	<i>Potencialidade</i> 100%	<i>Potencialidade</i>

Nessa dimensão, o seguimento “alunos” apresentaram fragilidade para a oportunidade de participar da elaboração e/ou revisão do PDI, e os demais apontaram maior participação na elaboração do PDI; os três grupos respondentes apresentam alto nível de satisfação a respeito da manutenção da coerência institucional entre suas finalidades, objetivos e o contexto social em que está inserido. Diante do exposto, é importante que essa dimensão seja avaliada pela gestão central da CPA e, no âmbito dos *campi*, pelas comissões locais e comunidade interna para que estratégias sejam definidas.

3.1.2 Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

Questão	Professor	Aluno	Técnico	Classificação Final
O campus dispõe de instalações adequadas para atender pessoas com deficiência visual?	<i>Fragilidade</i> 3%	<i>Fragilidade</i> 30,7%	<i>Fragilidade</i> 0%	<i>Fragilidade</i>
O campus dispõe de instalações adequadas para atender pessoas com deficiência física?	<i>Fragilidade</i> 31,8%	<i>Fragilidade</i> 48,2%	<i>Potencialidade</i> 100%	<i>Fragilidade</i>
O campus dispõe de pessoal especializado para atender pessoas com deficiência auditiva?	<i>Potencialidade</i> 71,2%	<i>Avaliação Mediana</i> 50,1%	<i>Potencialidade</i> 100%	<i>Potencialidade</i>
O campus desenvolve projetos capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico/social da região?	<i>Fragilidade</i> 47,0%	<i>Avaliação Mediana</i> 52,3%	<i>Potencialidade</i> 100%	<i>Controvérsia</i>
No campus, existe	<i>Avaliação</i>	<i>Avaliação</i>	<i>Potencialidade</i>	<i>Avaliação</i>

política/programa/ação de inclusão social?	<i>Mediana</i> 51,5%	<i>Mediana</i> 54,4%	100%	<i>Mediana</i>
Existe uma política/programa/ação de preservação do meio ambiente no campus?	<i>Fragilidade</i> 31,8%	<i>Fragilidade</i> 46%	<i>Avaliação Mediana</i> 50%	<i>Fragilidade</i>
No campus, existe uma política, ação ou um programa que contribui para a preservação da memória cultural e patrimônio cultural da cidade?	<i>Fragilidade</i> 25,8%	<i>Fragilidade</i> 49,7%	<i>Potencialidade</i> 100%	<i>Fragilidade</i>
Você se julga capacitado a ministrar sua disciplina para alunos com necessidades educativas especiais?	<i>Fragilidade</i> 18,2%	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>

Analisando-se o quadro anterior, observa-se no campus, potencialidade no tocante ao atendimento a pessoas com deficiência auditiva. Porém as fragilidades são bem mais evidentes principalmente no atendimento às pessoa com deficiência visual e a ações políticas de preservação ambiental e da memória cultural. Já na contribuição da instituição para o desenvolvimento socioeconômico da região houve uma “controvérsia” por causa das respostas discrepantes nos três seguimentos. Para melhorar os níveis de satisfação nos seguimentos faz-se necessário implementar de forma mais efetiva, estratégias de melhoria contínua para que se tornem “Potencialidade”.

3.2 EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS

3.2.1 Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Questão	Professor	Aluno	Técnico	Classificação Final
O currículo do Instituto visa à formação do cidadão crítico e participativo. Você considera que a prática docente contribui para a efetividade desse currículo?	<i>Potencialidade</i> 97%	<i>Potencialidade</i> 84,9%	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
A reflexão e a pesquisa são estratégias de aprendizagem capazes de estimular o autodesenvolvimento do educando. Essas estratégias estão presentes no método de ensino dos professores?	<i>Potencialidade</i> 81,8%	<i>Potencialidade</i> 91,2%	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
A avaliação da aprendizagem deve ser orientada para que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos. Essas práticas são observadas pelos docentes?	<i>Potencialidade</i> 97,0%	<i>Potencialidade</i> 88,6%	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
Os currículos e programas do seu curso correspondem a suas expectativas?	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i> 76,9%	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
Você desenvolveu alguma atividade de produção científica e tecnológica mediante a publicação de artigos, livros ou comunicação em eventos	<i>Avaliação mediana</i> 60,6%	<i>Fragilidade</i> 32,4%	<i>Não se aplica</i>	<i>Tendência de Fragilidade</i>

científicos?				
Em relação ao apoio à participação em eventos regionais, nacionais e internacionais com qualis, as suas solicitações foram atendidas?	<i>Fragilidade</i> 27,3%	<i>Fragilidade</i> 28,9%	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
Você participa de atividade de extensão no seu campus?	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i> 30,8%	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
Você promove atividade de extensão e/ou participa de alguma em seu campus?	<i>Fragilidade</i> 34,8%	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
Os representantes do campus estimulam a participação dos alunos em atividades de extensão?	<i>Avaliação mediana</i> 50%	<i>Avaliação mediana</i> 57,8%	<i>Não se aplica</i>	<i>Avaliação mediana</i>
Você considera que as atividades de ensino, pesquisa e extensão são desenvolvidas de maneira articulada no seu campus?	<i>Fragilidade</i> 43,9%	<i>Potencialidade</i> 86,6%	<i>Não se aplica</i>	<i>Controvérsia</i>
Você considera que a extensão desenvolvida no seu campus contribui para o desenvolvimento social das comunidades atendidas?	<i>Avaliação mediana</i> 51,5%	<i>Avaliação mediana</i> 52,6%	<i>Não se aplica</i>	<i>Avaliação mediana</i>
Coerência dos objetivos do curso com a estrutura curricular?	<i>Não se aplica</i>	<i>Avaliação mediana</i> 51,3%	<i>Não se aplica</i>	<i>Avaliação mediana</i>
Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, previstas no PDI, no âmbito do curso:	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i> 34,1%	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
Atualização dos conteúdos curriculares previstos em relação ao perfil do egresso do curso:	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i> 35,3%	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
Adequação das cargas horárias ao perfil do egresso do curso:	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i> 34,5%	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
Coerência das atividades pedagógicas com a metodologia implantada no curso:	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i> 34,9%	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
Articulação da teoria com a prática:	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i> 35,3%	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
A atuação do (a) coordenador (a):	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i> 45%	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
A atuação do (as) professores (as) em relação ao ensino:	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i> 48,3%	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
A atuação do (as) professor (as) em relação à extensão:	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i> 38,8%	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
A atuação dos técnico-administrativos do curso:	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i> 41,1%	<i>Não se aplica</i>	<i>Fragilidade</i>
O campus desenvolve práticas que estimulam a formação continuada do docente	<i>Avaliação Mediana</i> 56,1%	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Avaliação Mediana</i>
A avaliação da aprendizagem deve ser orientada para que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os	<i>Potencialidade</i> 97%	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>

quantitativos. A sua prática avaliativa em sala de aula observa esse aspecto?				
---	--	--	--	--

No âmbito das políticas acadêmicas, o resultado da avaliação, apresenta de forma significativa, “Fragilidades e “avaliação mediana”, principalmente Fragilidades e uma controvérsia a respeito da articulação das atividade de ensino, pesquisa e extensão.

Chama atenção a falta de apoio de instituição para que discente e docente participem de eventos científicos regionais, nacionais e internacionais expressos nas respostas desses seguimentos.

Outro aspecto mencionado pelos estudantes, de maneira geral, foi a necessidade de mais incentivo e inclusão da participação de um número maior de estudantes no âmbito da pesquisa e da extensão e de forma significativa. Também foi informado a necessidade de mais aulas práticas e de laboratório.

Dessa forma, é aqui reforçada a recomendação de avaliação desses itens, no âmbito da execução das ações relacionadas a cada um deles, pelo *campus* e pela gestão central do IFCE, assim como a necessidade de haver proposição de ações que visem à melhoria contínua dos indicadores de fragilidades e que fortaleçam os indicadores que estão satisfatórios.

Por sua vez, aspectos como relação do currículo com a formação de cidadãos críticos e participativos, valorização dos aspectos qualitativos das avaliações e estratégias promotoras do autodesenvolvimento dos alunos foram bem avaliadas.

3.2.2 Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Questão	Professor	Aluno	Técnico	Classificação Final
Você considera que a imagem institucional é reconhecida na região em que seu campus está?	<i>Potencialidade</i> 84,8%	<i>Potencialidade</i> 72,5%	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i>
As estratégias de comunicação interna adotadas pela instituição garantem a divulgação de informações corretas e precisas?	<i>Avaliação Mediana</i> 62,1%	<i>Avaliação Mediana</i> 59,9%	<i>Potencialidade</i> 100%	<i>Avaliação Mediana</i>
As estratégias de comunicação externa adotadas pela instituição garantem a consolidação da imagem institucional?	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>Potencialidade</i> 100%	<i>Potencialidade</i>

Em relação à comunicação com a sociedade, é possível constatar que a avaliação dos respondentes apresentou nível elevado de satisfações no seguimentos.

Os respondentes classificam a imagem institucional e sua comunicação positivamente cabendo a instituição manter seu ritmo e estratégia de trabalho nesse aspecto.

3.2.3 Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

Questão	Professor	Aluno	Técnico	Classificação Final
O atendimento pedagógico ao aluno é satisfatório?	Fragilidade 25,8%	Avaliação Mediana 55,4%	Não se aplica	<i>Tendência de Fragilidade</i>
O atendimento social ao aluno é satisfatório?	Avaliação Mediana 50%	Avaliação Mediana 56,6%	Não se aplica	<i>Avaliação Mediana</i>
O atendimento na coordenadoria de controle acadêmico é satisfatório?	Potencialidade 71,2%	Avaliação Mediana 60,6%	Não se aplica	<i>Tendência de Potencialidade</i>
O atendimento relacionado a estágio é satisfatório?	Fragilidade 30,3%	Fragilidade 36,9%	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>
Coerência dos objetivos do curso com o perfil profissional do egresso	Não se aplica	Fragilidade 41,7%	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>
Apoio ao discente, por meio de programas, tais como: programa de apoio extraclasse, psicopedagógico, atividade de nivelamento e extracurriculares?	Não se aplica	Fragilidade 35,1%	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>
Como você avalia a política de auxílio-óculos do IFCE?	Não se aplica	Fragilidade 19,2%	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>
Como você avalia a política de auxílio-transporte do IFCE?	Não se aplica	Fragilidade 25,4%	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>
Como você avalia a política de auxílio para visitas técnicas com pernoite do IFCE?	Não se aplica	Fragilidade 18,9%	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>
Como você avalia a política de auxílio para visitas técnicas sem pernoite do IFCE?	Não se aplica	Fragilidade 19%	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>
Como você avalia a política de auxílio para visitas técnicas obrigatórias do IFCE?	Não se aplica	Fragilidade 21,5%	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>
Como você avalia a política de auxílio-alimentação do IFCE?	Não se aplica	Fragilidade 29,8%	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>
Como você avalia a política de auxílio-moradia do IFCE?	Não se aplica	Fragilidade 28,6%	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>
Como você avalia a política do IFCE quanto ao auxílio a mãe e pais?	Não se aplica	Fragilidade 19,1%	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>
Como você avalia a política de auxílio acadêmico do IFCE?	Não se aplica	Fragilidade 26,3%	Não se aplica	<i>Fragilidade</i>

No que se refere à política de atendimento aos discentes, a maioria dos itens aponta para “Fragilidades”.

Nas críticas e sugestões feitas pelos estudantes, um dos pontos mais citados foi o estágio, pela dificuldade de conseguir. Apontam a necessidade de fortalecimento de parcerias

entre IFCE e empresas para oferta sistemática de estágios e necessidade de atuação mais efetiva da instituição com foco no estágio.

Também foi identificado como frágil, nessa dimensão, e observado pelos estudantes as visitas técnicas. O percentual aponta fragilidade relativa à política de auxílio para visitas técnicas e as considerações dos estudantes, de forma significativa, demonstram interesse por esse item.

No que diz respeito aos demais auxílios, também é possível identificar, de uma forma geral, a insatisfação dos estudantes com tais políticas. Sabe-se que nos últimos anos os recursos advindo para essa rubrica estão diminuindo. No entanto, recomenda-se que uma avaliação da política de auxílio estudantil seja realizada observando as necessidades de possíveis ajustes.

3.3 EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Questão	Professor	Aluno	Técnico	Classificação Final
Existe respeito e confiança entre os servidores e a chefia imediata?	Potencialidade 86,4	Não se aplica	Potencialidade 100%	Potencialidade
Existe respeito e confiança entre os servidores?	Potencialidade 95,5%	Não se aplica	Potencialidade 100%	Potencialidade
Existe respeito e confiança entre os servidores e estudantes?	Potencialidade 97%	Não se aplica	Potencialidade 100%	Potencialidade
A política de capacitação tem viabilizado o acesso à participação em curso e eventos condizentes com o seu cargo?	Avaliação mediana 66,7%	Não se aplica	Potencialidade 100%	Tendência de Potencialidade
Você se sente valorizado no IFCE?	Potencialidade 77,3%	Não se aplica	Potencialidade 100%	Potencialidade
As condições de trabalho são satisfatórias para o desempenho da sua função?	Potencialidade 84,8%	Não se aplica	Potencialidade 100%	Potencialidade
O clima organizacional contribui para sua motivação profissional?	Potencialidade 77,3%	Não se aplica	Potencialidade 100%	Potencialidade

No que diz respeito a políticas de gestão, responderam aos questionários os docentes e técnicos-administrativos. Nessa dimensão, a totalidade dos itens apresentaram sua classificação final como “Potencialidade”, cabendo a gestão orientar-se pela mesma linha de trabalho até aqui adotada.

3.4 EIXO 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA

Dimensão 7: Infraestrutura física

Questão	Professor	Aluno	Técnico	Classificação Final
---------	-----------	-------	---------	---------------------

As salas de aula são mantidas adequadamente em relação à limpeza?	Potencialidade 84,8%	Potencialidade 82,3%	Não se aplica	Potencialidade
As salas de aula são mantidas adequadamente em relação à iluminação?	Potencialidade 71,2%	Potencialidade 72,5%	Não se aplica	Potencialidade
As salas de aula são mantidas adequadamente em relação à ventilação?	Avaliação Mediana 63,6%	Potencialidade 77,1%	Não se aplica	Tendência de potencialidade
As salas de aula são mantidas adequadamente em relação ao mobiliário?	Avaliação Mediana 59,1%	Avaliação Mediana 67,8%	Não se aplica	Avaliação Mediana
As salas de aula são mantidas adequadamente em relação aos equipamentos?	Fragilidade 33,3%	Avaliação Mediana 51,2%	Não se aplica	Tendência da fragilidade
Qual a sua satisfação em relação à limpeza dos laboratórios?	Potencialidade 71,2%	Potencialidade 71,7%	Não se aplica	Potencialidade
Qual a sua satisfação em relação à iluminação dos laboratórios?	Avaliação Mediana 66,7%	Potencialidade 72,5%	Não se aplica	Tendência de potencialidade
Qual a sua satisfação em relação à ventilação dos laboratórios?	Avaliação Mediana 56,1%	Avaliação Mediana 68,1%	Não se aplica	Avaliação Mediana
Qual a sua satisfação em relação ao mobiliário dos laboratórios?	Fragilidade 40,9%	Avaliação Mediana 55,3%	Não se aplica	Tendência da fragilidade
Qual a sua satisfação em relação aos equipamentos dos laboratórios?	Fragilidade 24,2%	Avaliação Mediana 50,2%	Não se aplica	Tendência de Fragilidade
Qual a sua satisfação em relação a segurança dos alunos e professores nos laboratórios?	Fragilidade 47%	Não se aplica	Não se aplica	Fragilidade
Qual a sua satisfação em relação à limpeza dos banheiros?	Avaliação Mediana 53%	Avaliação Mediana 61,6%	Potencialidade 100%	Avaliação Mediana
Qual a sua satisfação em relação à iluminação dos banheiros?	Fragilidade 47%	Avaliação Mediana 56,6%	Potencialidade 100%	Controvérsia
Qual a sua satisfação em relação à ventilação dos banheiros?	Fragilidade 43,9%	Fragilidade 44,3%	Potencialidade 100%	Fragilidade
Qual a sua satisfação em relação à limpeza da biblioteca?	Potencialidade 84,8%	Potencialidade 79,5%	Não se aplica	Potencialidade
Qual a sua satisfação em relação à iluminação da biblioteca?	Potencialidade 74,2%	Potencialidade 79,9%	Não se aplica	Potencialidade
Qual a sua satisfação em relação ao mobiliário de biblioteca?	Avaliação Mediana 68,2%	Potencialidade 73,6%	Não se aplica	Tendência de potencialidade
Qual a sua satisfação em relação aos equipamentos da biblioteca?	Avaliação Mediana 57,6%	Avaliação Mediana 67,3%	Não se aplica	Avaliação Mediana
Qual a sua satisfação quanto aos serviços de apoio às suas atividades (telefone)?	Fragilidade 47%	Fragilidade 41,8%	Potencialidade 100%	Fragilidade
Qual a sua satisfação quanto aos serviços de apoio às suas atividades (xerox)?	Avaliação Mediana 51,5%	Avaliação Mediana 37,2%	Potencialidade 100%	Avaliação Mediana

Qual a sua satisfação quanto aos serviços de apoio às suas atividades (material de consumo)?	Avaliação Mediana 53%	Não se aplica	Potencialidade 100%	Tendência de Potencialidade
Qual a sua satisfação quanto aos serviços de apoio às suas atividades (multimeios)?	Fragilidade 33,3%	Fragilidade 43,1%	Não se aplica	Fragilidade
Qual a sua satisfação quanto aos serviços de apoio às suas atividades (quadro branco)?	Avaliação Mediana 59,1%	Não se aplica	Não se aplica	Avaliação Mediana
Qual a sua satisfação quanto aos serviços de apoio às suas atividades (apagador e pincel)?	Avaliação Mediana 53%	Não se aplica	Não se aplica	Avaliação Mediana
Na biblioteca, você encontrou os livros ou periódicos indicados pelo professor?	Não se aplica	Potencialidade 92,1%	Não se aplica	Potencialidade
Você considera o acervo bibliográfico satisfatório em relação à bibliografia básica prevista para o seu curso?	Potencialidade 86,4%	Não se aplica	Não se aplica	Potencialidade
Você considera o acervo bibliográfico conservado?	Potencialidade 80,3%	Potencialidade 94,3%	Não se aplica	Potencialidade
Você considera o acervo bibliográfico atualizado?	Potencialidade 97%	Não se aplica	Não se aplica	Potencialidade
Os equipamentos informáticos são mantidos adequadamente, em relação ao funcionamento e à manutenção?	Potencialidade 86,4%	Potencialidade 94,1%	Potencialidade 100%	Potencialidade
A velocidade da internet é suficiente para o cumprimento de suas atividades?	Fragilidade 37,9%	Potencialidade 63,5%	Potencialidade 100%	Potencialidade
Em geral como você avalia a sala do (a) coordenador (a)?	Não se aplica	Fragilidade 42,6%	Não se aplica	Fragilidade
Em geral como você avalia a sala dos professores?	Não se aplica	Fragilidade 45,1%	Não se aplica	Fragilidade
Em geral como você avalia a sala de aula?	Não se aplica	Avaliação Mediana 52,5%	Não se aplica	Avaliação Mediana
Em geral como você avalia a Biblioteca?	Não se aplica	Avaliação Mediana 58,7%	Não se aplica	Avaliação Mediana
Em geral como você avalia o acervo bibliográfico?	Não se aplica	Avaliação Mediana 51,2%	Não se aplica	Avaliação Mediana
Em geral como você avalia os laboratórios?	Não se aplica	Fragilidade 47,1%	Não se aplica	Fragilidade
Qual a sua satisfação em relação a limpeza das salas dos professores?	Potencialidade 72,7%	Não se aplica	Não se aplica	Potencialidade
Qual a sua satisfação em relação a iluminação das salas dos professores?	Potencialidade 78,1%	Não se aplica	Não se aplica	Potencialidade
Qual a sua satisfação em relação a ventilação das salas dos professores?	Potencialidade 75,8%	Não se aplica	Não se aplica	Potencialidade
Qual a sua satisfação em relação ao mobiliário das salas dos professores?	Fragilidade 39,4%	Não se aplica	Não se aplica	Fragilidade
Qual a sua satisfação em relação aos equipamentos das salas dos	Fragilidade 21,2%	Não se aplica	Não se aplica	Fragilidade

professores?				
Sobre a limpeza das salas destinadas às atividades administrativas, qual a sua satisfação?	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	Potencialidade 100%	<i>Potencialidade</i>
Sobre o mobiliário das salas destinadas às atividades administrativas, qual a sua satisfação?	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	Potencialidade 100%	<i>Potencialidade</i>
Sobre a iluminação das salas destinadas às atividades administrativas, qual a sua satisfação?	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	Potencialidade 100%	<i>Potencialidade</i>
Sobre os equipamentos das salas destinadas às atividades administrativas, qual a sua satisfação?	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	Potencialidade 100%	<i>Potencialidade</i>
Sobre a ventilação das salas destinadas às atividades administrativas, qual a sua satisfação?	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	Potencialidade 100%	<i>Potencialidade</i>

No eixo infraestrutura percebe-se uma alto nível de satisfação em relação a limpeza e iluminação em todos os ambientes da instituição.

No tocante aos serviços de telefonia, multimeios, sala dos coordenadores de cursos e dos professores e principalmente equipamentos laboratoriais apresentaram “Fragilidade” na classificação final. Recomenda-se que sejam feitas ações de melhoria que contemplem tais itens expressos do quadro acima.

Nos comentários realizados pelos estudantes e demais segmentos que responderam os instrumentos avaliativos, houve observações sobre acessibilidade, a atuação da gestão, dos setores ou de profissionais, melhoria na internet, melhorar relações entre gestão e servidores, aquisição de equipamentos laboratoriais, melhorar o serviço de xérox.

4 AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE PRELIMINAR

A partir das categorias de avaliação apresentadas e das considerações feitas pelos respondentes dos segmentos, recomenda-se às comissões locais que se apropriem deste relatório e o divulguem para a comunidade acadêmica, por meio de metodologia que estimule a participação de todos. Na oportunidade, ressalta-se, devem ser analisadas as observações feitas pelos segmentos do *campus* para que, em seguida, o *campus* elabore seu plano de trabalho a fim de alcançar as melhorias necessárias à qualidade satisfatória dos serviços ofertados pelo IFCE.

A divulgação deste material e a elaboração do plano de trabalho devem ser realizados no ano de 2019. No ano de 2020, deverá ser apresentado o segundo relatório parcial. Nele deve constar uma análise mais aprofundada dos dados coletados e o plano de trabalho, para cuja execução recomenda-se o início ainda em 2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento desse trabalho, a CPA identificou a presença de muitos temas importantes e que merecem serem estudados pela instituição no âmbito de cada *campus*. Entre eles, destacam-se: estágio, visitas técnicas, realização de mais aulas práticas, melhoria da comunicação interna, ampliação do acervo da biblioteca, mais incentivo à monitoria, acessibilidade, incentivo quanto a participação de mais alunos em pesquisa e extensão, melhoria na internet, entre outros.

Nesse contexto, recomenda-se, de posse do relatório parcial, que se divulguem e estudem os resultados gerais com a comunidade acadêmica. É fundamental que as comissões locais façam também a devida análise dos resultados locais e trabalhem essa divulgação.

Esse relatório será encaminhado à gestão local e à geral para servir de norte para o desenvolvimento de ações necessárias para manutenção das “Potencialidades” e melhoria das “Fragilidades e “Avaliações Medianas” apontadas, assim como, as considerações feitas pelos respondentes. É importante que essas ações sejam consolidadas em um plano de trabalho do *campus*. Nesse sentido, faz-se necessário que todas as recomendações acima, ao serem realizadas, sejam devidamente documentadas.

Outro aspecto a ser observado, diz respeito ao início da gestão atual da CPA. Essa comissão iniciou suas atividades a 17 de dezembro de 2018, privilegiando a elaboração do presente Relatório Parcial.

Esse relatório precisou ser refeito porque após uma reunião da CPA geral com as CPA's optou-se por uma mudança na metodologia para de obter os níveis de satisfação nos três seguimentos que responderam os questionários.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comissão Própria de Avaliação - CPA. Instituto Federal do Ceará. **Relatório de autoavaliação institucional**: ano de referência 2017. Fortaleza: Comissão Própria de Avaliação, 2018. 31 p. 1º relatório parcial. Disponível em:

<<https://ifce.edu.br/instituto/arquivos/relatorio-de-autoavaliacao-institucional-2017.pdf>>.
Acesso em: 18 dez. 2018.

_____. **Decreto nº 9.235**, de 15.12.2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

_____. **Lei nº 10.861**, de 14 de abr. 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 15 de abr. 2004. Seção 1 p. 3.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.051**, de 09 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

_____. **Portaria Nº 92**, de 31 de janeiro de 2014. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial, do Sinaes.

INSTITUTO Federal do Ceará - IFCE. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014-2018).

INSTITUTO Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Nota Técnica Inep/DAES/Conaes N º 65: Roteiro de auto-avaliação institucional: orientações gerais. Brasília, 2004b, 44 p.